

1. Proposições iniciais

Falar de multiculturalismo é falar do manejo da diferença em nossas sociedades. No entanto, isto é ainda pouco para definir as implicações do termo. Pois, ela remete não apenas a um discurso em defesa da diversidade de formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, mas a um conjunto de aspectos fortemente ligados entre si e que carregam a marca de um contencioso: a) o reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural dessas sociedades; b) o reconhecimento da não-integração dos grupos que carregam e defendem as diferenças étnicas e culturais à matriz dominante do nation-building nessas sociedades – após o fracasso seja de políticas assimilacionistas, seja de políticas diferencialistas (baseadas na restrição de acesso ou mesmo na idéia de “desenvolvimentos separados”); c) a mobilização dos próprios recursos políticos e ideológicos da tradição dominante nos países ocidentais – o liberalismo – contra os efeitos desta não-integração; d) a demanda por inclusão e por pluralidade de esferas de valor e práticas institucionais no sentido da reparação de exclusões históricas; e) a demanda por reorientação das políticas públicas no sentido de assegurar a diversidade/pluralidade de grupos e tradições.

Além disto, há que considerar que a crescente sensibilidade para o tema da diferença e sua articulação em termos socioculturais sob a forma de uma reivindicação de direitos para grupos subordinados se liga a um descentramento da cultura ocidental que assume duas modalidades paradoxais. De um lado, através da matriz colonialista e imperialista que difundiu-se mundo afora entre os séculos 16 e início do século 20, levando com ela modelos de organização social, desenvolvimento e mudança política que em larga medida se institucionalizaram no atual sistema de estados nacionais e numa economia mundial dominada inteiramente pelo capitalismo. Práticas, valores e instituições historicamente construídas a partir da modernidade européia e norte-americana se espalharam pelo mundo, tornaram-se ideais de progresso e emancipação, mas também se impuseram onde a resistência se fez mostrar. Uma intrincada composição de agentes “metropolitanos” e locais encarregou-se de dobrar a resistência, forjando uma uniformidade que atendia pelo apelo da Nação em busca de seu futuro no “mundo moderno”, atribuindo lugares aos que se posicionavam – contra ou a favor – frente às formas concretas de implementação destes projetos de modernização. Este descentramento do Ocidente que leva ao modelo do estado nacional e à trajetória da modernização representa o grau zero das disputas multiculturais[2].

De outro lado, a história do século 20 foi acumulando uma crescente desconfiança ou recusa dos modelos modernizadores – liberais como socialistas – que sofre, a partir dos anos 60, uma importante inflexão através de movimentos sociais e intelectuais de contestação política e cultural, ocorridos em várias partes do mundo, os quais contribuíram para deslegitimar, questionar e enfrentar a idéia hegemônica de Ocidente. Este descentramento crítico se expressou na emergência de novas formas de identificação coletiva – negros, mulheres, povos indígenas, ecologia, pacifismo, juventude, movimentos religiosos – e novas formas de pensamento, que puseram em questão o etnocentrismo e o caráter excludente da ordem liberal vigente. Nos países latino-americanos, a

emergência destas formas sociais e intelectuais do descentramento incluía ainda a resistência contra a associação da modernização capitalista com regimes autoritários e tecnocráticos baseados em alianças civis-militares. Este descentramento que leva à afirmação da pluralidade de esferas públicas, dos direitos dos grupos historicamente excluídos social ou culturalmente, representa o primeiro momento de emergência de bandeiras multiculturais[3].

Mais recentemente, entretanto, uma nova onda de expansão ocidental tem se dado, a qual é capturada pela idéia de globalização. Embora o caráter deste processo seja altamente disputado, ele parece intensificar o duplo descentramento ao mesmo tempo em que reforça o paradoxo entre suas duas modalidades. Pois, ao mesmo tempo que a globalização representa uma certa forma de interconexão e interpenetração entre regiões, estados nacionais e comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo. O discurso multiculturalista, neste sentido, tanto beneficia-se de como impulsiona a globalização, embora em direções nem sempre favoráveis às falas dominantes sobre a mesma.

Sob qualquer destas formas, o multiculturalismo está envolvido num contencioso, numa disputa que vai além do manejo de uma diversidade que simplesmente se dá, como mera constatação empírica. Para além ou na base das demandas lançadas ao estado, ao mercado e a outros atores sociais, há movimentos de retorno ao passado, de reconstrução ou de invenção de identidades coletivas, bem como há cobranças por redefinição de padrões societários. E esses movimentos disputam entre si ou articulam-se de formas surpreendentes, mas também instáveis e parciais. A vinculação das demandas multiculturais com a problemática dos direitos, através de um discurso sobre a legitimidade das diferenças e a necessidade de reparação tem aparecido, simultaneamente, como uma tentativa de “pacificar” o caráter mais “truculento” da emergência desses novos atores sociais que postulam uma identidade de base cultural, e como aprofundamento da disputa, uma vez que claramente há reivindicações de poder envolvidas.

Nosso objetivo neste trabalho, entretanto, não é discutir pormenorizadamente o conceito de multiculturalismo ou os casos concretos de aplicação de modelos nele inspirados[4]. Antes, gostaríamos de nos concentrar sobre dois aspectos fortemente relacionados à problemática multicultural: a associação entre identidade e localismo (sob a égide da cultura, da tradição, da etnicidade, do nacionalismo, da religião) e a contradição entre afirmação da identidade e o avanço da globalização, seja esta pensada sob a forma de um processo direcionado a partir de um “centro” ou como um conjunto de fluxos produtores de conjunções e disjunções (cf. Featherstone, 1995; Appadurai, 1991). Juntos, estes aspectos marcam o embate entre “localização da cultura” (para usar livremente a expressão de Homi Bhabha) e a desterritorialização introduzida pelos fluxos globais. Assim, a emergência de demandas identitárias na cena contemporânea ora representam uma recusa dos grandes modelos mas também das tendências globalizantes; ora uma defesa da “autenticidade” das experiências particulares e enraizadas num determinado tempo e espaço comunitário contra as forças desterritorializantes, “abstratas”, do mercado ou da cultura de massas; ora uma dificuldade de vivenciar os efeitos do deslocamento que a globalização introduz nos contextos locais, identificando esta último com um complô das grandes potências capitalistas, a dominação da cultura de consumo ou a violação da soberania nacional[5].

É possível, neste contexto, articular identidade e globalização? É preciso opor identidade a globalização? O contexto global representa possibilidades ou ameaças à experiência local? Como compreender o tipo de problema que a lógica global introduz no espaço-tempo da identidade? Como focar a globalização de forma a entender o lugar que aí ocupa a experiência da identidade?

Partiremos aqui da afirmação de que a globalização, naquilo em que se presta a uma análise cruzada com o tema da identidade, representa a vigência de um princípio de ruptura do liame dual

micro/macro, estável/dinâmico, concreto/abstrato, particular/geral, princípio este que funciona como um “terceiro” e desencadeia uma lógica que não exige o fim das referências locais, mas as reinscreve num terreno em que estas não mais podem se definir pelo isolamento nem tampouco pela territorialidade. Sendo assim, a globalização tanto forma como deforma, tanto exige como resiste à identidade enquanto signo do local, do singular, do autêntico, do emancipatório. Este elemento, a meu ver, coloca problemas à lógica particularista das disputas multiculturais, como também reforça a lógica multicultural. O argumento a seguir pretende ser uma tentativa de explicitar esta problematização.

2. O terceiro e a lógica da globalização

A globalização introduz um terceiro na relação entre o local e o nacional, o local e o regional, o regional e o nacional que interrompe o fluxo linear de relações e comunicação onde estas polaridades se desenvolviam até vinte anos atrás, reguladas pela unidade do estado-nação e pela repartição territorial das trocas econômicas, políticas e culturais (exemplarmente capturada na expressão “relações internacionais”)[6]. Este terceiro introduz uma lógica desterritorializante e desinstitucionalizante em relação ao contexto anterior, repleta de paradoxos e expressa em aspectos como: quebra da pretensão de universalidade dos discursos políticos e culturais; quebra da soberania do estado nacional em questões-chave de política doméstica; introdução de valores e parâmetros de gestão pública em voga no âmbito da “sociedade civil global” (gênero; meio ambiente; multiculturalismo; direitos humanos; a primazia da ação local, efetivada por uma pluralidade de atores em parceria; etc.); ruptura de modos de vida associados às raízes ou atributos essenciais de comunidades locais, categorias sociais ou identidades culturais.

2.1 Caracterizando o terceiro da globalização

O terceiro da globalização não é um mega-sujeito. Nem o sujeito imperialista – por mais que tenhamos a impressão de que os Estados Unidos se transformam crescentemente no gendarme do sistema-mundo; nem o sujeito multilateral representado pelas Nações Unidas ou por organismos internacionais – embora estes sejam perceptivelmente agentes da globalização (exemplo do Banco Mundial ou da Organização Mundial do Comércio); nem o sujeito classe – poucos ousam alinhar a globalização com um esquema da burguesia ou uma concertação das elites empresariais dos diversos países com vistas a impor um determinado modelo de dominação econômica. Na verdade, o terceiro da globalização não é um sujeito em nenhum sentido antropomórfico ou sociologizante. O terceiro da globalização se “materializa” em múltiplos agentes, uns mais benignos, outros mais perversos, que têm em comum não a adesão a uma única cultura ou estratégia de globalização, mas o reconhecimento de que atuam num terreno movediço e em indefinida expansão. Este terreno já não se regula pelas coordenadas cartesianas de tempo e espaço, ou sociológicas de instituição e movimento, antes nele se joga com elas e as possibilidades e assimetrias que elas abrem. Nele, a disputa pelo conteúdo da globalização é o grande elemento impulsionador.

O terceiro é um princípio de antagonismo e diferenciação, algo que denuncia ou contesta – se justa ou injustamente somente se pode decidir analisando-se situações concretas - os limites da pretensão de singularidade, de desenvolvimento autônomo, de autoridade moral inquestionável, de estabilidade das ordens social ou comunitária vigentes. E isto se faz em nome da existência de aspectos não considerados, de grupos excluídos ou valores supervenientes, de processos ou tendências macro-sociais ou macro-econômicas, os quais, desde a perspectiva dos litigantes, teriam prioridade sobre a autonomia local de organização e práticas.

Assim, a globalização funciona pela introdução da diferença exorbitante ou ignorada ali onde reina o contentamento ou a pretensão de autonomia contra interferências externas. Neste sentido, a lógica

da globalização pode opor tanto o micro ao micro, como o micro ao macro, o macro ao mega, e vice-versa. Global não é o que é necessariamente maior, mais distante, nem mais forte. Global é o que (se) diferencia entre um campo que se regula por referências de soberania, autodeterminação, distintividade, e um campo que pretende se abrir – ou ser a abertura – para a renovação, inovação ou justiça que vêm descortinar novos horizontes. Se a diferença que emerge entre em meio à ordem vigente – local, nacional ou internacional – e aponta para o que ela exclui ou reclama das promessas que ela deixa irrealizadas, é política ou moralmente virtuosa, se desemboca em alternativas viáveis à ordem questionada, são questões práticas, que só podem ser determinadas em contexto. Mas é em nome dessas diferenças não acolhidas, não respeitadas, não percebidas pela sociedade ou o estado que o terceiro da globalização interrompe a reprodução de um dado status quo.

Por outro lado, o terceiro da globalização é um princípio de oposição, um gerador de antagonismo. A introdução da diferença representa um desafio à estabilidade dos arranjos e fronteiras existentes, questiona a autarquia da comunidade, da instituição, do governo, do Estado. Não se trata de uma dicotomização do espaço social, político, econômico ou cultural. Naturalmente, o antagonismo produz uma fronteira entre dois campos. Mas esta já não é uma fronteira que atravesse o social de um extremo a outro. Nem é uma fronteira entre identidades já dadas, pré-constituídas, que vêm a se chocarem. É uma fronteira constituída em torno da emergência de uma questão em disputa[7], aí localizando lado a lado, “dentro” como “fora”, atores, temas e cenas que em outras disputas definem campos distintos. O antagonismo também não é uma situação de guerra, não precisa haver animosidades pessoais envolvidas, embora possa sempre (Schmitt sabia disto) levar ao confronto físico ou à guerra pura e simplesmente – e as dezenas de conflitos armados no mundo de hoje não nos permite esquecer isto. Mas o antagonismo que caracteriza o terceiro da globalização não pode ser extirpado, nem mesmo pelos tratados de paz. Ele pode sempre ressurgir, em outros lugares ou sob outras formas. A resolução dos conflitos não zera a atuação do antagonismo, apenas a deslocam para outros objetos[8].

Aqui já temos uma boa indicação do vínculo entre globalização e identidade: a afirmação, defesa ou contestação de identidades são um componente integral da lógica da globalização contemporânea. Por quê? Porque as identidades são, por vezes, o pomo da discórdia que expressa o terceiro da globalização – a globalização neste caso seria o berço da afirmação identitária, o contexto no qual a chamada fragmentação do sujeito desencadeia inúmeras tentativas de recomposição. Porque as identidades emergem na esteira dos efeitos desterritorializantes e desinstitucionalizantes da globalização, beneficiando-se do enfraquecimento das antigas unidades políticas e culturais da modernidade novecentista. Porque, enfim, as identidades reagem, numa tentativa de resincronização espaço-temporal, aos efeitos desestruturantes da globalização, buscando em raízes do passado ou na idealização do presente uma forma de neutralizar o sentimento de ansiedade ou pânico ante a incerteza, a instabilidade e a permanente redefinição das regras e cenários que se instalam em nome da globalização[9].

2.2 Explorando a lógica da globalização

Dissemos acima que o que põe em comum os agentes da globalização é a disputa pelo seu conteúdo. É preciso dizer que não se trata de uma disputa pelo poder mundial, uma espécie de síndrome de desenho animado, onde gênios do mal mobilizam recursos para dominar o mundo. A inserção desses agentes têm níveis e impactos bastante diferenciados e a disparidade dos recursos é brutal. Mas não há mais a possibilidade de coordenar estes processos de disputa hegemônica sob uma única lógica ou direção, por mais abrangente que seja. Assim, a disputa pelo conteúdo da globalização se trava em torno de objetivos concretos, embora alguns de grande alcance, cuja resolução assegurará a uns a sensação de ganho e garantia de uma (maior) “cota” da cena global, enquanto mobilizará a outros em diferentes formas de resistência: a que aceita jogar o jogo (acreditando nas regras), a que recusa-se a jogar o jogo (partindo para o confronto a partir do lugar

que ocupa, em torno das questões mais urgentes e inegociáveis que advoga) ou a que explora os interstícios ainda deixados a descoberto pelas disputas em curso. Pense-se nas grandes organizações ambientalistas e suas formas não-convencionais de protesto, ou nas manifestações críticas do sistema financeiro global (em Seattle, 1999; ou em Davros, 2000).

Certamente há alguns vetores gerais condicionando as disputas no cenário global, como já mencionei antes e retomo agora, ressaltando que não são os únicos:

Ü a quebra da pretensão de universalidade dos discursos políticos e culturais, tem deslocado as grandes narrativas da modernização, seja pela sua negação como modelo; seja pela tentativa de desenvolvimentos autônomos em contradição com grandes interesses políticos e econômicos internacionais; seja pela multiplicação dos caminhos tomados em nome destas narrativas, que explode a sua coerência interna, sua capacidade de dar unidade a tão diversas trajetórias; seja pela multiplicação dos atores da modernização.

Ü A quebra da soberania do estado nacional em questões-chave de política doméstica, representa tanto uma perda de autonomia, como o efeito da maior interconexão das sociedades contemporâneas – via mercados financeiros, os media, os organismos multilaterais e multinacionais, a incipiente sociedade civil global – limitando, mas não evitando, realinhamentos bruscos ou resistências aos “consensos” globais.

Ü A introdução de valores e parâmetros de gestão pública em voga no âmbito da “sociedade civil global”, de forma relativamente independente da aceitação ou reconhecimento das situações que os justificam. Entre tais valores e parâmetros se poderia mencionar: gênero; meio ambiente; multiculturalismo; direitos humanos; a primazia da ação local, efetivada por uma pluralidade de atores em parceria; exigências de eficiência e aferição do impacto das ações públicas; alargamento do espaço para o envolvimento da sociedade na gestão pública, compartilhando responsabilidades e atribuições ao lado do estado; etc. Estes novos critérios definidores da boa governança vêm interpor uma agenda para as políticas que não se prende à sensibilidade acumulada nos contextos nacionais e locais em relação aos valores e parâmetros mencionados. Não importa se gostemos ou não das políticas de promoção da igualdade de condições entre os sexos, se aceitamos ou não as políticas de discriminação positiva, de diálogo intercultural; se praticamos ou não de boa vontade os direitos humanos, etc. O que importa é que a credibilidade da organização, do governo ou do país é hoje aferida por sua sensibilização e operacionalização de políticas como estas. O que importa é que os recursos necessários hoje se vinculam a “condições aceitáveis” que passam pela implementação das diretrizes acima.

Não obstante esses vetores gerais, sua materialização raramente se faz em nome ou através de mega-atores. Em nome de ou contra a globalização, pequenos e grandes atores, isolada ou articuladamente, mobilizam, reivindicam e resistem a essas correntes. A ação intra e inter-organizacional; a ação coletiva; a ação governamental; a ação de redes territorializadas, temáticas e de influência (cf. Doimo, 1995), se contraem ou se expandem na dinâmica da intervenção do terceiro da globalização, em torno de interesses, demandas, valores e objetivos pontuais ou gerais.

3. A identidade como resposta, efeito e resistência à globalização

3.1 O terceiro e a identidade

Tudo parece indicar, à primeira vista, que o terceiro desterritorializante da globalização se oporia à experiência da identidade. Acostumados a pensar a identidade como enraizamento numa realidade

socio-cultural particular e, no plano individual, como auto-conhecimento, auto-conceito e presença a si, tendemos a contrastar mais do que associar os dois termos. À vista do terceiro que mencionei anteriormente, é preciso desfazermos esta idéia. A globalização pode permitir a emergência de novas formas de identificação coletiva, as quais, por não mais se definirem em função de um pertencimento territorial, ou de uma tradição imemorial, mas em função de questões de relevância global, se subtraem às exigências de lealdade tradicional ou de atuação localizada.

Num sentido mais forte, a globalização requer mesmo a articulação da identidade, tanto na dimensão instrumental das relações de mercado, como na dimensão “expressiva” das relações intra e intergrupais, embora nem sempre estejamos diante de experiências identitárias com as características descritas no parágrafo anterior. Na sua versão instrumental, identidade se define no contexto da cultura de consumo, que globaliza a idéia de livre escolha e livre experimentação com bens e estilos de vida, produz e estimula a diferenciação, se alimenta da especialização, da produção de um diferencial cultural que se transforma num signo de vitalidade da cultura local (trunfo a ser explorado pela indústria do turismo), e da legitimidade de uma ordem social fundada na lógica do mercado. Identidade seria aqui a forma exteriorizada ou reivindicada de uma nova subjetividade. Outras modalidades de identificação se definem nesta perspectiva, como nas diversas “redescobertas” – em muitos casos coincidentes com verdadeiras invenções de tradições – de identidades culturais para diversos fins: impulsionar a indústria do turismo e do lazer; legitimar ações governamentais em disputas por recursos condicionados à adoção de práticas multiculturais; ajudar a criar uma nova imagem para empresas que lhes garantam acesso a determinadas fatias do mercado de consumo.

No caso da identidade como “expressão”, a globalização a requer na medida em que o deslocamento que o terceiro da globalização introduz no cenário local desencadeia mudanças, mas não pode ser indefinidamente continuado. O desenraizamento produz desorientação, ansiedade, sofrimento e destruição de formas de vida ou instituições que não podem ser suportados indefinidamente. Assim, a resistência da identidade – já não mais a mesma, porém uma que se modifica ao responder e “se afirmar” diante do desafio “de fora”, da lógica global – é uma contrapartida da globalização. Em nome da identidade enceta-se uma luta para restaurar um mundo nostalgicamente idealizado de simplicidade de vida, durabilidade dos arranjos sociais e proximidade e confiabilidade das relações entre as pessoas. Em nome da identidade se busca encontrar na origem comum ou num destino manifesto a orientação que contradiga as tendências desestabilizadoras e a incerteza do presente.

O terceiro da globalização não implica em que a identidade seja sempre experimentada ou reivindicada em bases globais, não-nacionais ou transnacionais. Antes, o que queremos ressaltar é que mesmo quando a identidade se expressa através do mais rigoroso fundamentalismo e isolacionismo, contra tudo o que seja maior do que ou exterior a ela, especialmente contra tudo o que lhe parece ser um complô das grandes potências ou grandes tendências econômicas, políticas e culturais do sistema mundial, ela não deixa de ser afetada pela globalização. Neste caso, o entrincheiramento da identidade como singularidade, localismo ou autenticidade pode ser uma reação a forças globalizantes, mas é também uma resposta a elas, um “sim” à agenda da globalização. Será reação ao tomar o global como a ameaça que vem de fora contra a integridade de um modo de vida local ou uma cultura nacional. Será uma resposta se sua emergência for atribuída ao afrouxamento dos laços ideológicos, políticos ou econômicos que impediam a expressão de tal identidade no âmbito nacional. Sem dúvida, a resposta pode ser ambígua, uma vez que nem sempre ela sai em defesa da globalização. Mas, o fato de beneficiar-se do “clima” global e de reivindicar seu espaço legítimo na “nova ordem mundial” – que coordena o global e o local, não esqueçamos – situa tais identidades no regime ou lógica da globalização.

3.2 A lógica da globalização e a lógica da identidade

Ao falar sobre a lógica da globalização, mencionei que a disputa pelo conteúdo da mesma se faz a partir de objetivos concretos, e não de uma intangível agenda global, e argumentei que há vetores gerais que produzem efeitos locais e que mobilizam atores grandes e pequenos. Trata-se de explorar agora como isto se relaciona com o tema da identidade.

Em primeiro lugar, eu ressaltaria que a lógica do terceiro representa um novo regime da relação entre o geral e o particular, o universal e o singular, na qual um curioso movimento se dá. A crítica aos universalismos modernos (expressos em objetos culturais ou modelos institucionais) não significa uma recusa do universalismo, mas uma localização do universalismo (cf. Robertson, 1991; Laclau, 1996). Ou seja, tanto identidades locais podem, em nome de certos direitos amplamente reconhecidos, reivindicar uma autonomia parcial ou mesmo secessão; identificar outros grupos sociais cuja presença representaria uma ameaça a ser neutralizada; ou ainda reclamar sua inclusão no “pacto de sociedade” mais amplo em que se inserem. Assim, ora temos micro-universalismos em conflito entre si e com o Estado, ora temos a reivindicação local do universalismo como demanda por inclusão.

O questionamento da soberania do estado nacional, nesta direção, implica na utilização das tendências globais (respaldadas em agências multilaterais ou em organizações civis de peso na formação da opinião pública mundial) para forçar mudanças na orientação das políticas nacionais em favor de atores coletivos que se beneficiam diretamente do clima de maior sensibilidade e assertividade existente em outros contextos nacionais – mulheres, negros, minorias étnicas (migrantes ou de segunda e terceira gerações, bem como indígenas), minorias religiosas, ambientalismo, etc. –, contrariando elites locais ou políticas. Mas pode-se também reivindicar contrapartidas à perda da autonomia do estado sobre certas questões de política doméstica, através de processos de negociação e coordenação supra-nacionais dos quais a face mais visível são os blocos de países organizados em função de interesses econômicos e políticos, segundo um imperativo de sobrevivência e reforço da competitividade (por exemplo, o Mercosul).

Por fim, a introdução de valores e práticas em contradição com a cultura política nacional ou local vem legitimar e reforçar a asserção, visibilidade pública e peso político de novos movimentos e alternativas organizacionais vinculados às mudanças culturais do pós-1968 e políticas dos anos 1980, abrindo espaços para o reconhecimento de diferenças e dificultando sua diluição nos amálgamas da identidade nacional, das ideologias políticas ou das práticas de cooptação paternalista. Porém, tais valores podem introduzir vieses desconhecidos no contexto local, redescrivendo problemas aí vivenciados em termos de padrões culturais e políticos dominantes em outras sociedades ou regiões. Desta forma, as demandas e conflitos locais se configuram em contraste com a experiência compartilhada, o que pode se expressar no sentimento de que as questões e soluções apresentadas implicam antes na imposição de poderes externos, ou na produção de atores coletivos híbridos, “glocais”, ao mesmo tempo enraizados num contexto local e definindo-se em termos transculturais.

O que resulta deste processo é a experiência da identidade como construção, ainda quando somos confrontados com movimentos e grupos que pretendem estar em direta continuidade com um passado ameaçado de destruição ou injust(ificad)amente violentado. Não há identidades pristinas, puramente expressivas. Há, em consequência da lógica da globalização reafirmações de identidades combinadas às novas ênfases e objetos de disputa; reinvenção de identidades para objetivos políticos ou mercadológicos (inclusive como forma de “apresentação” da diversidade local que funciona na indústria do turismo); e surgimento de novas identidades. Em cada um dos casos, construção da identidade – para legitimar uma situação, para resistí-la ou para introduzir nela novas questões e práticas que apontam para projetos de mudança social (cf. Castells, 1997).

E por que construir a identidade? Porque a questão do sentido torna-se bastante aguda num contexto onde os referenciais estáveis, naturais, de orientação no mundo se tornaram frágeis e insuficientes para garantir uma movimentação coerente e previsível no espaço social. A lógica do terceiro impõe um movimento de extensão e contração da sociedade civil e do estado no qual, segundo Castells, “não há mais uma continuidade entre a lógica da formação do poder na rede global e a lógica da associação e representação em sociedades e culturas específicas. A busca de sentido tem lugar então na reconstrução de identidades defensivas ao redor de princípios comunais. A maior parte da ação social vem a se organizar na oposição entre fluxos não-identificados e identidades isoladas” (1997:11). Como transformar a resistência local em novos sujeitos de mudança é, para Castells, o grande desafio de uma teoria da mudança social na era da informação.

Na medida em que o global se alimenta da diferenciação, ele investe sistematicamente o local, o comunitário, o regional como ingrediente de sua expansão. O local contra o nacional “atrasado”, o global contra o local “atrasado”. Mas também o local como possuidor de algo que a idéia nebulosa de globalidade não tem, uma singularidade ou exótica que podem ser trunfos em termos de reconhecimento, competitividade e lucro. O resultado disso é que a identidade, retomando o que disse anteriormente assume três configurações vis-à-vis o cenário global:

Ü A identidade é o pomo da discórdia que expressa o terceiro da globalização. Assim, a emergência de novas identidades, a economia das relações entre as identidades (explicitamente posta em tela pelo multiculturalismo), as perspectivas abertas pelo jogo da identidade no cenário global exprimem um aspecto constitutivo da dinâmica da globalização. Em outras palavras, a dimensão polêmica, controvertida, agonística da globalização aponta precisamente para a visibilidade e produtividade política que a questão da identidade assume. Falar de multiculturalismo é antes de mais nada apontar para este campo de contestação aberto pela operação do terceiro da globalização em contextos onde prevaleceram atitudes deslegitimadoras da diferença cultural em função da exclusão social, da inserção subordinada na ordem econômica e política internacional e da adesão aos modelos da modernização nos discursos liberais ou de esquerda.

Ü As identidades também emergem na esteira dos efeitos desterritorializantes e desinstitucionalizantes da globalização, beneficiando-se do enfraquecimento das antigas unidades políticas e culturais da modernidade novecentista – neste caso, não se trata necessariamente de novas identidades, podendo haver o retorno de antigas formas de identificação comunitária julgadas extintas pelos discursos da modernização. Pode ser o caso aqui que uma série de deslocamentos (econômicos, políticos, culturais) tenham o efeito de tornar os indivíduos susceptíveis à interpelação de uma pluralidade de formas de identificação, fraturando-os como unidades auto-centradas e causando-lhes mal-estar e sofrimento, ou liberando-os de uma submissão estreita a uma única comunidade ou instituição social. Tal interpelação instaura uma competição entre formas de identificação, mas também enseja experimentos de esteticização da subjetividade os quais, embora provisórios ou apenas parcialmente bem sucedidos, vão fazendo surgirem múltiplos “agenciamentos de subjetividade” (Guattari), no contexto de pequenos e grandes agrupamentos de pessoas.

Ü As identidades, enfim, reagem, num movimento de ressincronização espaço-temporal, aos efeitos destruturadores da globalização. Esta reação pode vir sob a forma da retração, “privatização”, ou da intolerância contra o que parecem ser os perigos ou inimigos da “abertura” aos fluxos globais para a segurança, a sobrevivência, a auto-referencialidade dos projetos do grupo. Pela impotência ou pela assertividade agressiva do “seu” espaço, tenta-se reestabilizar o estado de fluxo, as exigências de contínuo reajustamento, as incertezas de um futuro desconhecido. Neste contexto, a religião, o nacionalismo, a organização em bases territoriais locais são algumas das expressões deste desejo de interromper os fluxos de mudanças permanentes e aparentemente sem direção que sobrevivem a sociedades nacionais ou grupos/comunidades sub-nacionais como efeitos

de uma espécie de destino incompreensível e implacável.

4. Desafios ao multiculturalismo: o lugar da identidade no contexto global

Destacamos na introdução o caráter contencioso das demandas e práticas multiculturais e procuramos argumentar que um dos elementos importantes desta contestabilidade reside na dinâmica complexa dos vínculos entre identidade e globalização. Se as energias iniciais para as demandas multiculturais podem remontar às lutas pelos direitos civis e aos desdobramentos dos movimentos estudantis no final da década de 60, então seria preciso admitir que a emergência da identidade como preocupação, como reação ou como projeto já estava implicada num movimento de proporções internacionais. Durante os anos 80 e 90, as demandas multiculturais tornaram-se decididamente globais em sua extensão e disseminação.

Esta disseminação, entretanto, nem ofusca, nem diminui o potencial polêmico do multiculturalismo. Assim como o terreno da globalização é disputado, também o é o das identidades coletivas passíveis de constar na lista dos atores “legítimos” do multiculturalismo. Mais do que uma emergência pura e simples, tomando a forma de diferenças cuja positividade seria indisputável, as identidades reivindicadoras de práticas multiculturais estão simultaneamente em processo de construção e em disputa pelo reconhecimento dos agravos e cenários onde sua postulação cobra ares de objetividade incontestável. O fato, porém, de que não podemos simplesmente escolher quais manifestações identitárias – por nos parecerem mais aceitáveis ou progressistas – poderiam fazer parte da “lista”, o fato de que há identidades reativas, intolerantes e fechadas em si mesmas, nos adverte para alguns desafios que, postos a estas identidades, estendem-se também às chamadas “novas identidades” e, a fortiori, ao multiculturalismo.

Concluiríamos, então, ressaltando, de forma puramente evocativa, alguns desafios que o contexto da globalização coloca à experiência da identidade – pessoal e coletiva – e às políticas multiculturais que se põem em sua defesa.

Em primeiro lugar, o desafio da abertura. Tradicionalmente, a idéia de identidade foi associada a um “seu-próprio” que não se dividia com outros, que se pretendia proteger dos outros e que determinava uma uniformidade interna entre os “portadores” de tais atributos. Além disso, a identidade se revestia de uma atemporalidade que escondia tanto a história de seu desenvolvimento como a existência de outras possibilidades de sua expressão que foram preteridas ou derrotadas ao longo desta história. O cenário da globalização, ao alterar os processos tradicionais de produção e reprodução da identidade, confronta-a com sua própria historicidade – e, portanto, com a possibilidade de ser diferente de si mesma, heterogênea consigo mesma – e com a relação ao outro – e, portanto, com a necessidade de reconhecer dentro de si a presença (ausente) de outros sujeitos e de negociar com eles suas demandas e valores.

Em segundo lugar, o desafio da reflexividade. A “ameaça” de invasão, destruição ou subordinação que a inserção nos fluxos globais representa para as identidades localistas, ou a resposta ao desafio da abertura, têm cobrado que a identidade trabalhe sobre si mesma. Recomponha-se, investigue-se, critique a si mesma e elabore estratégias para sua atuação e suas relações com outras. A avaliação permanente das suas condições de existência e de suas chances de melhora relativa no espaço social, político, econômico e cultural impõe um permanente retorno sobre si mesma que, embora não signifique a possibilidade de compensar a perda da estabilidade, a aura atemporal e a falsa homogeneidade que geralmente as experiências identitárias cultivam, torna-se um elemento habilitador nas relações com outras identidades.

Em terceiro lugar, o desafio da política. Embora muito se fale sobre a decadência ou a retração da política no contexto contemporâneo, a leitura que oferecemos aqui só pode insistir sobre a centralidade da política na análise da identidade. Não se trata especificamente da política tradicional – centrada na agregação de interesses através dos partidos e seu processamento através dos mecanismos de políticas governamentais. Trata-se da dimensão política da identidade. A perda da referência a-histórica e os deslocamentos colocados pelo contato com o terceiro da globalização exigem das identidades um esforço de construção. Reivindicar uma origem indiferenciada e imemorial, ou uma visão naturalizada (determinada pelo nascimento, a condição biológica ou o solo pátrio), não é suficiente ou mesmo possível para assegurar sua continuidade/reprodução. Identidades são construções tanto no sentido histórico, como no sentido da ação estratégica; elas são o resultado de uma série de operações e investimentos coletivos. Mais, o fato de que a identidade não se define de modo autárquico, sem referência com um antagonismo face a um “inimigo”, e sem a “costura” de equivalências entre suas demandas e valores e as de outras, a negociação (que implica em conflito, argumentação, mobilização e compromissos) é outra característica do desafio político à identidade. O peso do global, as assimetrias entre atores nacionais e locais, o grau de organização interna de cada grupo colocam o desafio da negociação.

Finalmente, o desafio do pluralismo. Os cenários da globalização não remetem a um sistema centrado e governado a partir de um único conjunto de critérios, não comportam macro- ou micro-atores imbuídos de pretensões imperiais ou autonomistas, nem assumem o custo da homogeneização das diferenças. O desafio então, que tem estado entre os maiores dilemas e contradições da onda contemporânea da globalização, é o de que o regime de repartição dos recursos socialmente relevantes para os diferentes grupos que reivindicam inclusão, justiça ou reconhecimento produza uma tolerância ativa das diferenças no contexto da “consciência possível” da comunidade nacional, da cultura regional e local, ou seja, assumindo-se que nunca será possível tolerar todas as diferenças, nem impedir que o intolerável reapareça. Pluralismo não pode, neste contexto, significar um conagraçamento geral, uma nova forma de comunidade plena, mas um espaço de emergência de demandas que não somente expressam injustiças passadas, mas a exclusão sobre a qual se assenta toda ordem social.

5. Bibliografia

- Appadurai, Arjun. 1991. “Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy”, Featherstone, Mike (ed.). **Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity**. London/Newbury Park/New Delhi, SAGE
- Bhabha, Homi K. 1995. **The Location of Culture**. London/New York, Routledge
- Castells, Manuel. 1997. **The Power of Identity** (The Information Age: Economy, Society and Culture, vol. II). Malden/Oxford, Blackwell
- Doimo, Ana Maria. 1995. **A Vez e a Voz do Popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo/Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume-Dumará
- Featherstone, Mike. 1995. **Undoing Culture**. Globalization, Postmodernism and Identity. London/Thousand Oaks/.New Delhi, SAGE
- Hall, Stuart. 1991. “Old and New Identities, Old and New Ethnicities”, King, Anthony D. (ed.). **Culture, Globalization, and the World-System**. Contemporary Conditions for the Representation of Identity. Basingstoke/ Binghamton, Macmillan/Department of Art and Art History, State University of New York
- _____. 1997. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A
- Inglis, Christine. 1996. **Multiculturalism: New Policy Responses to Diversity** (MOST Policy Paper Series no. 4). MOST/UNESCO, <<http://www.unesco.org/most/pp4.htm>>
- Iturralde, Diego A. 1995. **La gestión de la multiculturalidad y la multiétnicidad en América Latina**

(Série Documentos de debate do MOST, nº. 5). MOST/UNESCO, <<http://www.unesco.org/most/iturspan.htm>>

Koenig, Matthias. 1999. **Democratic Governance in Multicultural Societies**: social conditions for the implementation of international human rights through multicultural policies (MOST Discussion Paper Series no. 30). MOST/UNESCO, <<http://www.unesco.org/most/ln2pol2.htm>>

Laclau, Ernesto. 1993. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires, Nueva Visión

_____. 1996. **Emancipation(s)**. London, Verso

_____. (ed.). 1994. **The Making of Political Identities**. London, Verso

Melucci, Alberto. 1996. **The Playing Self**. Cambridge/New York/Melbourne, Cambridge University

Rancière, Jacques. 1996. **O Desentendimento**: Política e Filosofia. São Paulo, 34

Robertson, Roland. 1990. "After Nostalgia? Wilful Nostalgia and the Phases of Globalization", Turner, Bryan S. (ed.). **Theories of Modernity and Postmodernity**. London/Newbury Park/New Delhi, SAGE

_____. 1991. "Social Theory, Cultural Relativism and the Problem of Globality", King, Anthony D. (ed.). **Culture, Globalization, and the World-System**. Contemporary Conditions for the Representation of Identity. Basingstoke/Binghamton, Macmillan/Department of Art and Art History, State University of New York

Semprini, Andrea. 1999. **Multiculturalismo**. Bauru, EDUSC

Somers, Margaret e Gibson, Gloria D. 1995. "Reclaiming the Epistemological 'Other': Narrative and the Social Constitution of Identity", Calhoun, C. (ed.) **Social Theory and the Politics of Identity**. Cambridge, Mass./Oxford, Blackwell

Touraine, Alain. 1998. **Igualdade e Diversidade**: o sujeito democrático. Bauru, EDUSC

_____. 1999. **Poderemos Viver Juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis, Vozes

Zizek, Slavoj. 1992. **The Sublime Object of Ideology**. London, Verso

_____. 1993. "Más allá del análisis del discurso", Laclau, Ernesto. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires, Nueva Visión

_____. 1996. "Introdução: O espectro da ideologia", Zizek, Slavoj (ed.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto

[1] Coordenador da Área Temática Cultura e Identidade, Fundação Joaquim Nabuco, e professor das pós-graduações em Ciência Política e em Sociologia da UFPE. Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na Mesa Redonda Multiculturalismo, Relações Inter-étnicas e Globalização, durante a I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, promovida pelo CLACSO e Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Brasil, de 22 a 26/11/99.

[2] Mais recentemente, esta modalidade de descentramento que significa a expansão do Ocidente cobra notável reforço nos últimos anos por meio da frenética movimentação de um capital financeiro ao mesmo tempo apátrida, amoral e plurifacético (ou sem face, o que dá no mesmo), intensificando a ansiedade e a busca de anteparos e raízes que permitam defender-se do "vendaval".

[3] Num trabalho recente, Featherstone analisa estas duas modalidades em termos de uma postura **nostálgica** face à globalização, uma associada à emergência/afirmação dos estados nacionais e seus símbolos e cerimônias, outra associada ao pós-modernismo e que reflete pressões para que os estados nacionais reconstituam suas identidades coletivas em moldes pluralistas e multiculturais que confirmam espaço para diferenças regionais e étnicas (cf. 1995:95-96). Segundo Featherstone, esta nostalgia se liga à asserção do local vis-à-vis o global e se expressa como uma perda do que seria o lar, o familiar, um lugar físico com o qual se está identificado, e como uma perda do senso de totalidade/integridade, certeza moral, relacionamento social genuíno, espontaneidade e expressividade (Idem:93-94). Sobre a relação entre globalização e nostalgia, especialmente no que diz respeito à primeira modalidade, cf. tb. Robertson, 1990).

[4] Para uma análise das políticas multiculturais, segundo os usos que se faça do multiculturalismo – demográfico-

descritivo, programático-político e ideológico-normativo – cf. Inglis, 1996; Koenig, 1999. Uma análise latino-americana se encontra em Iturralde, 1995.

[5] Alain Touraine tem, recentemente, feito da disjunção entre mercado e cultura o cerne de sua análise sobre os impasses da modernidade tardia e a base de sua defesa da introdução de um princípio não-social de resistência ao capital e à comunidade, que ele chama de “Sujeito” (cf. 1999; v.tb. 1998).

[6] A imagem do “terceiro” tem sido usada por outros autores num sentido que não necessariamente se coaduna com o que aqui é utilizado. Uma das tematizações explícitas aparece em Bhabha e Laclau.

[7] A emergência desta questão – por exemplo, racismo, discriminação da mulher, etnocídio das populações indígenas, liberdade religiosa, degradação ambiental, exclusão social como efeito direto das políticas neoliberais – não é ponto pacífico. É preciso estabelecer sua própria objetividade ou urgência, donde o fundamental **desentendimento** que funda a política (cf. Rancière, 1996): entre os polos antagonísticos – no nosso caso, as demandas multiculturais e seus adversários, bem como a oposição entre identidades locais e as forças globalizantes – há um conflito que diz respeito à denúncia de um agravo cometido contra um determinado grupo e à demanda por reparação ou inclusão, mas que traz à cena social algo que não estava lá. Algo que tanto designa o “quem” como o “quê” em disputa.

[8] A questão do antagonismo aqui introduzida tem sua referência básica no trabalho de Laclau e Mouffe (cf. Laclau e Mouffe, 1989; Laclau, 1993:21-57; v.tb. Zizek, 1993; 1992:161-64; 1996 :21-35).

[9] Uma breve descrição deste processo é oferecida por Castells, quando comenta que o caráter defensivo de muitas práticas identitárias se dirige contra a globalização, os processos de formação de redes e de flexibilização, e a crise da família patriarcal: “Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais buscam encolhê-lo de volta ao tamanho e alcance deles. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se ancoram em lugares, e recuperam sua memória histórica. Quando a reprodução patriarcal da personalidade fracassa, as pessoas afirmam o valor transcendente da família e da comunidade, como vontade de Deus” (1997:66).